Curso de Pós-graduação em Direito do Urbanismo da habitação

Programa

Apresentação

O Instituto de Ciências Jurídico-Políticas organiza um curso de pós-graduação de Direito do Urbanismo, agora também alargado às temáticas conexas do Direito da Habitação, a ter lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Neste Curso abordar-se-ão as matérias centrais do Direito do Urbanismo, com sessões que percorrem o regime dos solos, o planeamento, o regime das operações urbanísticas e os seus procedimentos, a reabilitação urbana, o fenómeno da contratualização associada ao urbanismo, os regimes financeiro e fiscal do urbanismo e as formas de reação face a ilegalidades urbanísticas e o contencioso.

Considerando, todavia, a relevância que as questões habitacionais têm conhecido no decurso dos últimos anos e a sua repercussão no desenvolvimento económico das regiões de Lisboa e do Porto, bem como o impacto da Lei de Bases da Habitação, recentemente aprovada pela Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, o Curso abarca igualmente matérias ligadas ao Direito da Habitação que se intersecionam com o Direito do Urbanismo, como se verifica com a matéria relativa ao turismo residencial, ao alojamento local, à promoção e gestão da habitação pública e à dinamização do uso efetivo da habitação, bem como com outras medidas com reflexos no mercado imobiliário para a habitação.

O Curso de Pós-Graduação em Direito do Urbanismo e da Habitação é especialmente vocacionado para os seguintes interessados:

• Advogados que queiram elevar o valor acrescentado dos serviços que prestem aos seus clientes com conhecimentos aprofundados em Direito do Urbanismo e da Habitação;

• Juristas que pretendam melhorar a qualidade do apoio que prestam a empresas ligadas aos setores da construção e do imobiliário, bem como a associações do setor;

• Arquitetos, engenheiros e outros profissionais que queiram passar a dominar os aspetos fundamentais do Direito do Urbanismo e da Habitação;

• Dirigentes e trabalhadores de entidades públicas, de municípios e de empresas públicas que desempenhem funções ligadas ao ordenamento do território, ao urbanismo e ao imobiliário;

• Magistrados que pretendam elevar os seus conhecimentos em áreas que são cada vez mais importantes nos tribunais portugueses; e

• Recém-licenciados que queiram apostar numa área promissora do Direito Público, que tende a ser cada vez mais relevante na vida das pessoas e das empresas.

Com uma equipa de docentes que alia a tradição de qualidade da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa ao conhecimento dos problemas jurídicos e práticos das atividades económicas da construção, do imobiliário e da habitação, este é um Curso fundamental para quem pretenda ter uma visão completa, abrangente e exaustiva dos temas e problemas nestas áreas.

Conferência inaugural

Conferência inaugural do curso

A Lei de Bases da Habitação. As bases do direito à habitação, a tarefa pública de habitação e os seus instrumentos de execução

7.2.2020, 17h30 - anfiteatro 4.

O ordenamento do território e a habitação

7.2.2020, 17h30
Conferência inaugural do curso sobre

"A Lei de Bases da Habitação. As bases do direito à habitação, a tarefa pública de habitação e os seus instrumentos de execução"

As bases do regime jurídico do solo, do ordenamento do território e do urbanismo

1ª Sessão – 11.2.2020

Estatuto jurídico do solo

- O estatuto jurídico da propriedade imobiliária urbana
- Domínio Público e Urbanismo

António Duarte de Almeida (ICJP e Advogado)

2ª Sessão – 11.2.2020

Poderes da Administração Pública sobre o solo e política de solos

- Servidões e restrições de utilidade pública. As relações entre as normas urbanísticas e as Reservas Agrícola e Ecológica Nacional
- Meios de intervenção da Administração Pública no solo

André Salgado de Matos (UCP e Advogado)

A formação, a avaliação e o conteúdo dos planos urbanísticos

1.ª Sessão – 13.2.2020

Relações entre Instrumentos de Gestão Territorial

- As relações entre planos de natureza estratégica e planos de natureza regulamentar
- A adaptação dos planos municipais aos programas especiais e regionais
- Relações entre programas e planos e entre planos

José Mário Ferreira de Almeida (Advogado)

2.ª Sessão – 13.2.2020

Procedimento de elaboração dos planos

- Elaboração técnica;
- Tramitação procedimental, discussão pública e aprovação
- Experiências práticas de elaboração de planos municipais

Ana Barroco (Arquiteta)

3ª Sessão – 18.2.2020

A contratualização do planeamento

- Os contratos para planeamento: formação, efeitos e natureza
- Experiências práticas de contratos para planeamento

Jorge Alves Correia (FDUC)

4.ª Sessão – 18.2.2020

Avaliação e dinâmica dos Planos

- Avaliação dos planos
- A avaliação ambiental estratégica de planos e programas e a sua articulação com a avaliação de impacto ambiental de projetos com relevância urbanística
- Dinâmica dos planos

João Pereira Reis (Advogado)

5.ª Sessão – 20.2.2020

Conteúdo dos planos

- A classificação e a qualificação dos solos nos planos municipais

Gonçalo Reino Pires (Advogado)

6.ª Sessão – 20.2.2020

Medidas cautelares dos planos e aplicação das normas de planeamento no tempo

- As medidas cautelares: medidas preventivas e normas provisórias
- A suspensão de concessão de licenças
- Sucessão de normas e atos de controlo prévio de operações urbanísticas no tempo

António Duarte de Almeida (ICJP e Advogado)

7.ª Sessão – 27.2.2020

Expropriações dos planos, compensação e indemnização

- As expropriações dos planos
- A compensação e a indemnização pelo sacrifício de direitos consolidados
- A indemnização pelas medidas cautelares

Claudio Monteiro (FDUL e Tribunal Constitucional)

A programação e a execução dos planos urbanísticos

1ª Sessão – 27.2.2020

Planeamento e programação da urbanização

- A qualificação do solo urbano e a programação da urbanização
- As unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG) e as unidades de execução (UE) dos planos municipais

João Miranda (FDUL Advogado)

2ª Sessão – 3.3.2020

Execução dos planos

- Os contratos de urbanização
- Reserva de solo

- A expropriação por utilidade pública urbanística e a concessão de urbanização
- As operações de reparcelamento de acordo com as disposições do plano

Isabel Moraes Cardoso (Advogada)

3.ª sessão – 3.3.2020

Regime económico-financeiro

- O financiamento da execução dos planos
- A perequação compensatória de benefícios e encargos do planeamento

Paulo Correia (IST)

O controlo prévio das operações urbanísticas

1ª Sessão – 5.3.2020

Âmbito, natureza e procedimentos de controlo prévio

- Âmbito, natureza e procedimento de licenciamento
- Âmbito, natureza e procedimento de comunicação prévia
- Âmbito, natureza e procedimento de autorização

Isabel Abalada Matos (Advogada)

2ª Sessão – 5.3.2020

Isenção de controlo prévio

- Obras particulares isentas de controlo prévio. As obras de conservação e de alteração no interior dos edifícios e outras obras de escassa relevância urbanística
- Obras públicas e urbanismo. As operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública

André Folque (Conselho Consultivo da PGR)

3ª Sessão – 12.5.2020

Controlo prévio e interesses públicos diferenciados

- Consultas a entidades externas
- Em especial: o património cultural imóvel. Tipologia, formas de proteção e regime jurídico das zonas de proteção
- A realização de operações urbanísticas em imóveis classificados

João Martins Claro (Advogado)

A estruturação e a gestão das operações urbanísticas

1ª Sessão – 12.5.2020

Estrutura fundiária das operações urbanísticas

- A divisão da propriedade para fins urbanísticos. O parcelamento e o loteamento do solo
- Cedências urbanísticas

Miguel Ferreira (Mestre em Direito)

2ª Sessão – 14.5.2020

Estrutura fundiária das operações urbanísticas (cont.)

- Loteamentos urbanos e propriedade horizontal

Luciano Marcos (Advogado)

3.ª Sessão – 14.5.2020

Ilegalidade e reposição da legalidade urbanística

- A regularização de operações urbanísticas
- A adoção de medidas de tutela da legalidade urbanística

Diogo Calado (FDUL)

4.ª Sessão – 19.5.2020

Validade dos atos de controlo prévio e responsabilidade civil da administração

- Forma e regime de invalidade dos atos de controlo prévio das operações urbanísticas
- A responsabilidade civil por atos de gestão urbanística

Tiago Serrão (FDUL)

5.ª Sessão – 19.5.2020

Proteção da confiança dos particulares na realização de operações urbanísticas

- A informação prévia sobre a viabilidade das operações urbanísticas

- A regulamentação municipal de aspetos relativos à urbanização e à edificação
- A superveniência de normas de planeamento urbanístico e a proteção do existente

Pedro Moniz Lopes (FDUL e Advogado)

A reabilitação urbana e a habitação

1.ª Sessão – 21.5.2020

Áreas de reabilitação urbana e deveres de promoção e reabilitação urbana

- Regime jurídico da delimitação das áreas de reabilitação urbana
- A obrigação de reabilitar e o seu incumprimento. A realização de obras coercivas, a expropriação e a venda forçada de imóveis em áreas de reabilitação urbana

António Gil Leitão (Gabinete da Secretária de Estado da Habitação)

2.ª Sessão – 21.5.2020

Operações de reabilitação urbana

- O planeamento de operações de reabilitação urbana
- Os contratos de execução de operações de reabilitação urbana. A concessão de reabilitação urbana e o contrato de reabilitação urbana

Gonçalo Reino Pires (Advogado)

3.ª Sessão – 26.5.2020

Reabilitação urbana e política de habitação

- Reabilitação urbana e política de habitação
- Os instrumentos da política de habitação

José Luís Cunha (Gabinete da Secretária de Estado da Habitação)

4.ª Sessão – 26.5.2020

Reabilitação urbana, habitação e turismo

- Reabilitação urbana e arrendamento urbano. A realização de obras em prédios arrendados
- Promoção do uso efetivo de habitações devolutas
- Promoção e gestão da habitação pública

Sofia Galvão (Advogada)

5.ª Sessão – 28.5.2020

Financiamento e fiscalidade da reabilitação urbana e da habitação

- O financiamento das operações de reabilitação urbana
- A fiscalidade da reabilitação urbana

Carlos Lobo (FDUL)

A responsabilidade e a qualidade da construção

1ª Sessão – 28.5.2020

Responsabilidade e controlo prévio das operações urbanísticas

- Âmbito de apreciação dos projetos e responsabilidade dos técnicos. O termo de responsabilidade
- O controlo e certificação dos projetos e da execução dos trabalhos por técnicos privados

João Miranda (FDUL e Advogado)

2ª Sessão – 2.6.2020

Responsabilidade civil

- A responsabilidade civil dos intervenientes no processo de construção
- As garantias e os seguros de responsabilidade civil de construção

Henrique Sousa Antunes (UCP)

3ª Sessão – 2.6.2020

Responsabilidade disciplinar, contraordenacional e penal

- Deontologia profissional e responsabilidade disciplinar dos técnicos
- A responsabilidade penal e contraordenacional dos intervenientes no processo de construção

Eduardo Gonçalves Rodrigues (Advogado e Arquiteto)

Páginas

- 1
- 2
- seguinte ›
- última »

Curso de Pós-graduação em Direito do Urbanismo da habitação

Informações

O Curso realiza-se 2 vezes por semana de 7 de fevereiro até 4 de junho de 2020, *online*, pela plataforma Zoom, às 3.ªs e 5.ªs feiras, das 18h15 às 19h45 e das 20h às 21h30.

- 9 módulos
- 30 sessões (além da conferência inaugural)

Propina: 1.300,00€

Desconto:

- 1100€ por inscrição para entidades que inscrevam quatro ou mais pessoas.
- 975€ por inscrição para entidades ANJAP/CAAD/TCA Sul.

Prazo de inscrições: até ao dia 3 de fevereiro de 2020

Inscrições

- Inscrições *online* até ao dia 3 de fevereiro de 2020: através do botão respetivo, no menu vermelho, acima nesta página:

- Para a **modalidade de inscrição de grupo**, deverá inscrever cada um dos candidatos individualmente, selecionando a opção "desconto previsto no curso", antes de selecionar o valor a pagar e selecionando depois o valor referente a inscrição de grupo. De seguida deverá seleccionar a modalidade de pagamento por transferência bancária, efectuando o pagamento da totalidade dos inscritos e enviando um e-mail para o secretariado do ICJP com o comprovativo do pagamento e os nomes dos inscritos.

- Para a **modalidade de propina reduzida**, deverá selecionar a opção "desconto previsto no curso", antes de selecionar o valor a pagar, selecionando depois o valor referente à modalidade em que se enquadra e fazendo upload do respetivo comprovativo da condição.

- Não necessita enviar comprovativo dos pagamentos multibanco feitos na sequência da inscrição *online*, pois eles são enviados diretamente pela rede.

- As inscrições ficam confirmadas com a regularização do respetivo pagamento.

- Todas as entidades que necessitem de emissão prévia de factura, deverão enviar a Nota de encomenda ou Requisição de factura em nome do ICJP, NIF 506 512 495 para o e-mail icjp@fd.ulisboa.pt identificando nome do participante a inscrever, nome do curso/conferência e data do mesmo, após efectivação da inscrição online (opção pela modalidade de pagamento por transferência bancária).

Certificado: Presença em 4/5 das sessões lecionadas.

Outras informações:

Dra. Telma Oliveira (ICJP)
Telefone: 217 820 265 – Tml.: 933 469 330
E-mail: icjp@fd.ulisboa.pt
www.icjp.pt

Ficha Técnica

Coordenação científica

- Prof. Doutor Claudio Monteiro
- Prof.João Miranda
- Mestre Diogo Calado